



PERSPECTIVA HISTÓRICA E DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA: DIFICULDADES DA ESCOLA PÚBLICA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Viviane Moreira da Rocha ¹

Orientador Professor Ronny Diogenes de Menezes²

RESUMO

A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular depende de vários fatores, dentre eles a adaptação do espaço a formação de professores, além da participação de todos. Foi objetivo de estudo fazer um rastreamento histórico da Educação Especial, objetivando compreender os fatos que influenciaram na prática do cotidiano escolar e também fazer uma análise com as leis adquiridas e suas conquistas alcançadas pelas pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Durante a maior parte da História da Humanidade, o deficiente foi vítima de segregação. No Brasil em meados da década de 90 que começaram as discussões sobre a Inclusão Escolar, e sua efetivação prática nas escolas públicas tem gerado muitas controvérsias e discussões. Para a conclusão deste estudo foi discutido o material teórico levantado de alguns autores com afinidades inclusivas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. História educacional. Escola Pública.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo observar e analisar se o sistema e o ambiente escolar da escola pública é adaptado e acolhe os alunos com deficiência em classe regular de maneira inclusiva, e se a escola está apropriada para receber esses alunos e quais ações

¹ Pós Graduando em lato sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva - IFTM, vivirocha25@hotmail.com

² Professor Ronny Diogenes - Chefe do Departamento de Educação do Ceres/ UFRN
Mestre em formação de professores – UEPB
Especialista no ensino, tradução e interpretação de Libras – Faculdade Eficaz
Licenciado em Letras – UFPE
ronny.diogenes@hotmail.com



desenvolvidas e os projetos que envolvem a educação inclusiva estão sendo elaboradas para saciar os problemas, dificuldades e impasses presentes no cotidiano escolar.

Nessa perspectiva, desenvolver a identificação dos impasses arquitetônicos, pedagógicos e direcionar os principais pontos de mudanças necessárias para alcançar o que se espera da inclusão escolar. Também foi feito um resgate histórico sobre a inclusão de alunos com deficiência e analisar quando a proposta da educação inclusiva foi designada como modalidade de ensino. A inclusão de alunos com deficiência no campo educacional não se constitui em um fato recente, mas sim de uma luta histórica, que continua e tem suas dificuldades e barreiras. É fundamental destacar como essas políticas públicas tem sido materializadas na realidade da escola, nas percepções de professores e dos alunos. Portanto, a educação inclusiva tem como objetivo de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no ensino escolar.

A temática foi despertada pelo questionamento de como é concretizada a inclusão de alunos em escolas públicas, analisando que a maioria das escolas não houve reestruturação arquitetônica para receber esses alunos, outra problemática é o que diz respeito aos discursos e a política de inclusão.

Contudo, o estudo analisa os desafios e as dificuldades de incluir alunos com deficiência nas redes públicas estaduais, os impasses políticos e pedagógicos para educação inclusiva para o deficiente. Levantamento histórico e legislativo para analisar o processo da educação inclusiva e as ações para colocá-la em prática, para desenvolver a facilidade de aprendizagem e conhecimento cognitivo, moral e afetivo dos alunos com deficiência.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido e orientado pelo paradigma da pesquisa qualitativa, ou seja, não houve a preocupação de registrar números, o estudo foi constituído através de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, cujo o interesse é a análise de contextos de desenvolvimento e aprendizagem assente na inclusão, no entendimento e na observação de como os deficientes estão sendo acolhidos na escola pública, o espaço arquitetônico e os meios pedagógicos para incluir o aluno no ambiente educacional. Analisar as reais condições das escolas, as práticas educativas em relação ao processo de



inclusão das pessoas com deficiência, observando a estrutura de uma escola pública e o funcionamento das práticas inclusivas em relação ao projeto educacional já existente, para compreender melhor a forma como a educação é inclusiva.

Portanto, é necessário abordar o passado e identificar as condições dadas a elas em períodos diferentes, considerando a trajetória histórica pela qual as pessoas com deficiências enfrentaram para integrar no ensino público, bem como as principais ideias, ações e práticas para educação inclusiva.

Recorrendo à literatura na revisão bibliográfica desse estudo, foi realizado o fichamento das obras, dentre elas o livro da Adriana Laplane *“Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra”*, Otto Marques da Silva *“Epopéia Ignorada: A pessoa deficiente na História do mundo de Ontem de Hoje”* e a outra obra importante para discussão na efetivação dos alunos com deficiência na escola pública é Cristiane Sampaio e Sônia Sampaio *“Educação Inclusiva: o professor mediando para a vida”*. A pesquisa foi desenvolvida a partir de análise e organização dos dados bibliográficos sobre a Inclusão de deficientes e também a história da inclusão, além da análise de leis que permitiram uma maior compreensão do tema estudado.

É fundamental fazer um rastreamento histórico sobre a educação especial, procurando resgatar o processo histórico da educação inclusiva, objetivando compreender os fatos que influenciaram na política educacional, o projeto pedagógico e na prática do cotidiano escolar. O estudo propõe realizar uma pesquisa histórica sobre a inclusão educacional, analisando os fatos com o objetivo de compreender os acontecimentos que influenciaram o cotidiano escolar. Analisar as leis e como elas estão sendo colocadas em práticas no ambiente escolar, foi realizada uma pesquisa fazendo estudo bibliográfico e sites na internet, para o embasamento teórico, para compreender a inclusão de alunos.

Contudo, o estudo sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais teve a finalidade de identificar e compreender as dificuldades e desafios da escola pública para promover a real inclusão. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, ponderando a relevância do tema, procurando sob o olhar de alguns autores quais dificuldades tem se emergido nas escolas e quais são os impedimentos para o alcance da Inclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO



Para entender e compreender as políticas, programas e a estrutura do ambiente escolar para receber o aluno com deficiência é necessário pesquisar e analisar a passagem histórica pela qual as pessoas com deficiências integraram no ensino e comparar com o desenvolvimento de hoje. Portanto, precisa analisar o passado e identificar historicamente a política, educação e os programas relacionando com as leis e os desafios contemporâneos sobre a educação inclusiva.

Analisar como é processo de inclusão na escola pública é necessário voltar ao passado e identificar ponto de vista dado a elas em diferentes períodos históricos. Na História Antiga, povos Gregos e Romanos aceitavam o corpo perfeito, tinha uma grande valorização da beleza, era representada até por “deuses”, além disso representava a coragem, poder e a inteligência. E as pessoas com deficiência eram desprezadas e muitas vezes consideradas possuídas.

Na antiguidade à idade média o tratamento utilizados para os deficientes foram a exclusão, abandono ou banimento. Durante a Idade Moderna, período em o que o Humanismo exalta a razão do homem, depreciava a pessoa com deficiência, ao exaltar o valor do homem, tinha uma visão patológica da pessoa que apresentava deficiência, o que trazia como consequência sua separação e menosprezo da sociedade, podemos constatar que a maneira pela qual as diversas formações sociais lidaram com a pessoa que apresentava deficiência reflete a estrutura econômica, social e política do momento.

Contudo, é importante salientar que durante a maioria dos períodos históricos o deficiente foi vítima de perseguição, discriminação, extermínio e segregação. Como afirma Silva “Anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade”. (SILVA, 1987, p. 21).

No período Moderno, na Renascença, apesar que não houve políticas para propiciar a retirada dos deficientes da marginalização da sociedade, houve grandes avanços nas relações entre as pessoas com deficiência. A partir do século XVII com o Iluminismo, passa a ter um olhar científico e empírico sobre a deficiência. Mas, com advento da Industrialização, a concepção deficiência sofre valores sociais, destacando-se o processo produtivo, a produção em série, valorizando a eficiência e a produtividade.



Com essa concepção da produtividade, destaca-se a escolarização, padronizando a maneira de ensinar e aprender, e os indivíduos que não enquadram nessa referência são considerados deficientes.

Após as grandes guerras procederam um número elevado de pessoas com deficiências, isso fez com que as sociedades tivessem uma visão mais humanística em relação as pessoas com deficiência e as políticas e educação passou a ter uma atenção para esse público, por isso houve um grande avanço na assistência as pessoas com deficiência. Segundo Carvalho Freitas e Marques:

“O período pós Segunda Guerra Mundial, época em que o *status* das pessoas com deficiência começou a se modificar. Nesse período, os países europeus estavam em uma situação precária e precisavam de homens para o mercado de trabalho (subsistência/sobrevivência); por outro lado, os ex-combatentes, apesar de mutilados pela guerra, detinham um capital social e cultural diferenciado; representavam os esforços de luta dos países e eram reconhecidos como pessoas capazes de contribuir com a sociedade, apesar de suas deficiências. Essas situações combinadas propiciaram o início das mudanças em relação às pessoas com deficiência, excluídas até então, sendo uma referência do início da legalização do direito ao trabalho para essas pessoas”. (CARVALHO –FREITAS e MARQUES, 2007, p. 64).³

Dentro desse contexto, percebe-se que o deficiente, em seu percurso histórico, viveu a margem da sociedade. Mas, a história contemporânea é caracterizada por políticas e pesquisas sobre integração do deficiente na sociedade.

A partir do século XX, começa a surgir movimentos em favor de uma sociedade mais inclusiva, as pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas e a luta contra a discriminação passa a ser habitual. A década de 1950 foi marcada por discussões sobre os objetivos e qualidade dos serviços educacionais especiais. Nesse período foi criada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), houve uma expansão de instituições de caráter filantrópico sem fins lucrativos, isentando o governo de suas responsabilidades.

Na década de 70 nos países desenvolvidos acontecem discussões e questionamentos sobre a integração dos deficientes na sociedade. No Brasil acontece a institucionalização da educação especial em termos de planejamento de políticas públicas. Contudo, surgiu o movimento da Integração, que é um conceito onde o deficiente deve ter as mesmas condições ou as mais semelhantes oferecidas na sociedade.

³ CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de E MARQUES, Antônio Luiz. **A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência.** Organ. Soc. [online] Vol. 14, 2007.



Portanto, a modernidade impõe mudanças comportamentais e os avanços com relação a integração e a inclusão, resgatando a dignidade do deficiente e criando leis que assegurem seus direitos.

Panorama Mundial a década de 80 foi marcado por discussões sobre a prática de integração social. Nesse período a OMS (Organização Mundial de Saúde), nomeou três níveis para definir as deficiências em geral deficiência, incapacidade e desvantagem social:

“A OMS, propôs três níveis para esclarecer todas as deficiências, a saber: deficiência, incapacidade e desvantagem social. Em 2001, essa classificação foi revista e reeditada não contendo mais uma sucessão linear dos níveis, mais indicando a interação entre as funções orgânicas, as atividades e a participação social. O importante dessa nova definição é que ela destaca o funcionamento global da pessoas em relação aos fatores contextuais e do meio, re-situando-a entre as demais e rompendo o seu isolamento [...] a idéia dessa proposta é a de mostrar vantagem de integrar os efeitos do meio nas apreciações da capacidade de autonomia de uma pessoa com deficiência. Em consequência uma pessoa pode sentir uma discriminação em um meio que constitui para ela barreiras que apenas destacam a sua deficiência, ou ao contrário ter acesso a esse meio, graças às transformações deste para atender as suas necessidades”. (BRASIL: Ministério da Educação, 2005, p. 10).⁴

No Brasil a partir de 1980 o período foi marcado por lutas sociais, foram manifestando em diversos setores e contextos, movimentos de luta por direitos dos deficientes e houve um envolvimento legal nestas mudanças com a elaboração da constituição de 1988.

Após a promulgação da constituição federal de 1988, que o Brasil passou a obter número maior de escolarização obrigatória. Com a constituição a educação passa a ser vista como direito público e determinou a gratuidade do ensino. Para os estudantes com deficiência a política educacional foi caracterizada por aspectos que procuravam a integração social das pessoas. Contudo, a constituição brasileira de 1988 assegurou o direito a educação para todos, portanto, garantindo o atendimento à educação para as pessoas que apresentam necessidades especiais.

Em meados da década de 1990 o Brasil começou a discutir o “novo” modelo de atendimento escolar denominado Inclusão Escolar. Esse modelo surge com uma reação contrária ao princípio de integração, e sua efetivação prática tem gerado muitas

⁴ BRASIL: Ministério da Educação. *Educação Inclusiva*. Atendimento Educacional Especializado para deficiência Mental. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2005.
Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>



discussões. Estabelece críticas sobre o sistema educacional, como a segregação da escola pública, que o fracasso da escola produziria mais desigualdade na sociedade.

Nesse período no cenário mundial começa a surgir várias declarações que passam orientar países na direção de suas políticas educacionais. Tais como a Declaração Mundial de Educação para todos em 1990, declaração de Salamanca sobre os princípios e a políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais em 1994. Essas declarações tem a necessidade que os governos garantem a igualdade e a oportunidade no processo educativo.

Portanto, no Brasil essas declarações passam a ser conduzidas para que as crianças com deficiência tivessem acesso à escola comum. No objetivo de reger a obrigação do país em ministrar a educação, é publicada em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394, contudo essa lei promulga a oferta da educação especial, no artigo 58 “institui a educação especial brasileira garantindo e regulamentando o acesso da pessoa com deficiência ao ensino regular inclusivo” (BRASIL/MEC. Lei nº 9.394,1996 cap. V p.19).

Outro documento foi criado em 2001 que também amparou a educação inclusiva que é o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela lei nº10.172/2001 com objetivo de expandir os conceitos para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Além do Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) que na lei nº8.69 de 13 de julho de 1990 que estabeleceu o direito do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

A política educacional Brasileira passa a adotar direcionamentos na perspectiva inclusiva. Mas, devemos analisar que a prática inclusiva não será garantida por meio de leis, a escola deve estar preparada para receber todos alunos. Por isso, o princípio da inclusão, determina uma grande transformação na escola. Primeiramente a escola deve-se adaptar as condições de seus alunos. Além disso, a escola deve trabalhar com diferenças individuais de seus alunos. Segundo Sampaio a escola tem o papel significativo:

“A escola tem um papel significativo, não só para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, mas também para sua saúde psíquica, pois ela é o primeiro espaço social promotor de separação entre a criança e a família, estabelecendo um importante elo com a cultura. Sendo a educação de boa qualidade, um dos fatores essenciais para o desenvolvimento econômico e social de um país, priorizar a qualidade de ensino regular é um desafio que



precisa ser assumido por nossa sociedade e pelos educadores, em particular, para que se coloque em prática o princípio democrático da educação para todos. É nesta perspectiva que se destaca a importância de estudos sobre a escola inclusiva enquanto contexto de desenvolvimento significativo não apenas para as crianças com deficiência, mas também para crianças sem deficiência, pela possibilidade da convivência com a diversidade e do estímulo à cidadania”. (SAMPAIO, 2009, p. 31)⁵

Um dos primeiros documentos que explicitaram o termo *Inclusão* para referir a política de reestruturação do sistema educacional foi Diretrizes nacionais para a educação especial na educação Básica em 2001, colocando como princípios à busca de identidade e o exercício da cidadania. Levando a discussão da função social da escola, a construção de um projeto pedagógico para as prática heterogêneas, e as escolas devem projetar e instalar ambientes adaptados para atender a todos. Portanto, a política inclusiva necessita da garantia de vários recursos, principalmente o financeiro, recursos humano e o pedagógico.

As Diretrizes Nacionais para a educação especial em 2001 afirmam a necessidade de capacitação dos professores e a flexibilização do planejamento educacional, e a destinação de verbas para atender diretamente aspectos físicos, relacionados às barreiras arquitetônicas e também os aspectos ligados ao ensino e a aprendizagem. A resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui diretrizes nacionais para educação especial na educação básica, no artigo 12, descreve que os sistemas de ensino devem assegurar acessibilidade aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, como eliminação de barreiras arquitetônicas “incluindo instalações, equipamentos e mobiliário [...] para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infra-estrutura definidos” (BRASIL/MEC. Lei 10.098/2000 e 10.172/2001. Resolução nº2, artigo 12, 2001, pag. 4).

A escola inclusiva não pode ser um lugar apenas de convívio, mas sim um ambiente de aprendizagem, complacência e respeito. Devendo respeitar as características próprias de cada aluno, e transformar os educandos mais solidários e humanos. Contudo,

⁵ SAMPAIO, CT., and SAMPAIO, SMR. *Educação inclusiva: o professor mediando para a vida*. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



transformando em uma escola democrática, comprometida com o processo de ensino aprendizagem

Nessa perspectiva, percebe-se a urgência das escolas em adaptarem na metodologia, administrativo, planejamento, pedagógico e também no arquitetônico. Exigindo que a escola redefina seu plano, pois a educação deve ser voltada para a cidadania reconhecendo e valorizando as diferenças.

A resposta é que as questões teóricas do processo de inclusão estão sendo discutidas por todos, educação, legislação e estudiosos, mas, a prática não está sendo desenvolvida. Isso implica na revisão legislativa e a tarefa desenvolver e colocar em prática, principalmente no diz respeito às diferenças e o atendimento as suas necessidades.

O maior desafio é transformar a escola pública em espaço inclusivo. Mas, o incluir é um desafio, reconhecer que a sala de aula é heterogênea, estimular à adoção de novas estratégias pedagógicas, para o desenvolvimento dos alunos, como uma comunicação alternativa, mudanças metodológicas que envolvam debates, estudo do meio, teatro e atividade em grupo. Gerando oportunidades de vivenciar a cooperação e as interações humanas. Com objetivo das diferenças serem respeitadas, conviver na diversidade e transformar a escola em lugar onde todos os alunos tendem o direito de aprender e a ensinar.

O papel da escola é proporcionar ao aluno alcançar a aprendizagem, através de ações que desenvolvam a mudança estrutural e pedagógica. Proporcionando interações sociais, definindo um novo currículo, reformando e adaptando a escola. Mas, a inclusão só constituirá através das transformações estruturais no sistema educacional.

Adriana Laplane autora do artigo “Uma análise das condições para implementação de Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra”, questiona o por que é tão difícil implementar políticas educacionais inclusivas? E também questiona o porquê tão distante as políticas e as práticas?

Segundo Laplane deve-se compreender a divisão da sociedade em grupos mais e menos privilegiados. Descreve que os educadores tem que avaliar as possibilidades de sucesso e estabelecer as prioridades e estratégias de cada situação. Nesse sentido, ela descreve que as políticas inclusivas são baseadas em princípios morais e políticos estabelecidos nas legislações:



“A educação de qualidade tem se tornado um direito humano inquestionável e os países tem formulado políticas e leis que, aparentemente, visam a garanti-la. As políticas, como vimos, muitas vezes contêm prescrições detalhadas sobre vários assuntos (acessibilidade, flexibilização do currículo, suporte para os professores e alunos etc.) [...] A escola deve conhecer cada aluno, respeitar suas potencialidades e responder às suas necessidades com qualidade pedagógica. Da escola inclusiva participam todos os atores do cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade em que cada aluno vive”.⁶ (LAPLANE, A.L.F. 2006. p.708)

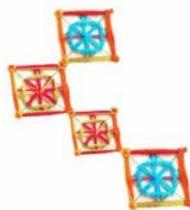
A inclusão é o paradigma que se sobrepõe no espaço físico e também no social. No que abrange as Escola públicas a acessibilidade arquitetônica são inadequadas, a acessibilidade do ambiente escolar é um componente fundamental para a inclusão escolar, embora a inclusão dos alunos com deficiência seja um avanço na legislação, as representações sociais estão focadas na resistência e em impossibilidade para desenvolver práticas inclusivas.

Outro aspecto que precisa ser considerado sobre a acessibilidade é a sinalização do espaço físico, o que prejudica o esvaziamento em caso de incêndio ou desmoração, representa um risco principalmente para aqueles com dificuldade de locomoção. É primordial uma reforma nas escolas, a primeira atitude é uma adaptação para melhor aproveitamento do aluno nas atividades escolares e também para sua motivação em permanecer estudando.

A escola tem que preparar para a inclusão dos alunos, primeiramente o espaço físico e segundo o programa de ensino, com o objetivo de favorecer o convívio social entre todos os alunos, professores e demais profissionais na escola, admitir que a inclusão não é feita apenas com a legislação, mas colocá-la em prática, e garantir condições de aprendizagem e desenvolvimento social.

Desse modo, para haver a inclusão é fundamental a elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidades que eliminem barreiras para a completa participação de todos os alunos. Portanto, segundo Sampaio a inclusão precisa ser desejável:

⁶ LAPLANE, A. L. F. Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 689-715, 2006.



“Para muitos, a proposta da inclusão social e escolar parece utópica, uma vez que repousa em princípios amplamente difundidos, porém muito pouco postos em prática pela maioria das pessoas, tais como: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada ser humano, aprendizagem mediante a cooperação. Isto não significa que deva ser eternamente adiada nem tampouco que, em nome dos objetivos louváveis da inclusão, devam ser negligenciadas as referências concretas da história de nossas escolas regulares e especiais, ignorando-se toda a complexidade deste processo. Acreditamos que a educação inclusiva precisa ser encarada como uma realidade desejável, pois significa um grande passo na construção de uma sociedade mais justa, implicando a difícil tarefa de transformação de concepções de todos nós, inclusive das pessoas com deficiência”.⁷ (SAMPAIO, 2009, p. 150).

Contudo, aplicando o conceito de educação inclusiva na transformação do ambiente educacional mobiliza os estudantes e direciona as condições para a participar das atividades educacionais, além de melhorar a motivação no processo de ensino e aprendizagem. Mas, a inclusão realizara se ocorre transformações estruturais no sistema educacional, além da participação de todos, gestores, familiares, professores, tornando a escola um espaço democrático, de cidadania e respeitando as individualidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse estudo, percebe as dificuldades encontradas no processo de inclusão. Os dados foram obtidos com base em análise dos referenciais teóricos e legislação. Foi considerada a falta adaptação do ambiente escolar, de recursos no espaço escolar e a preparação pedagógica como as principais causas da dificuldade de alcançar a inclusão.

Por meio da verificação e organização dos resultados da pesquisa sobre a inclusão escolar, foi possível um maior entendimento crítico das fontes adquiridas visualizando quais as mudanças necessárias dentro das escolas, tornando capazes de atender a todos os tipos de alunos. Não podemos deixar de considerar que a implementação da educação inclusiva demanda de acesso e ambientação qualificada, de organização escolar, do trabalho pedagógico e também da ação de professores.

Com objetivo de constatar, os desafios da implementação da inclusão escolar, foi possível analisar os pontos abordados na historiografia e também na legislação na

⁷ SAMPAIO, CT., and SAMPAIO, SMR. *Educação inclusiva: o professor mediando para a vida*. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



efetividade da política de inclusão, assim como os pontos fracos do processo de inclusão. O estudo objetivou se aprofundar nestes dados por meio da revisão bibliográfica, considerando as dificuldades existentes nas escolas, que elevam a segregação que se colocam como barreiras para a promoção da inclusão, sendo que a inclusão do ensino regular ainda é um grande desafio a ser enfrentado por toda sociedade.

A escola inclusiva deve ser um local de acesso compreensivo ao diferente, tomando as pessoas iguais mesmo com as diferenças existentes. A educação inclusiva estabelece que o professor de ensino regular necessita de algum tipo de especialização para cumprir parte do processo de inclusão e ainda exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas educacionais.

Portanto, a proposta de educação inclusiva viabiliza quando se buscam meios para modificar a estrutura e o funcionamento da escola, primeiramente o ambiente da escola tem que estar adaptado para receber os alunos e também as ações educativas para atender as diferenças individuais dos alunos. É necessário mudanças na concepção de inclusão escolar, as escolas públicas devem rever seu espaço e suas adaptações, deve pensar primeiramente no ambiente escolar para começar garantir uma educação de qualidade.

É importante enfatizar que a escola pública não está preparada para receber os alunos com necessidade especiais, falta materiais, recursos e equipamentos além do espaço não está adaptado. Contudo, as dificuldades encontradas no processo de inclusão ocorrem de forma camuflada, na medida em que há distinção entre as leis educacionais e a realidade das escolas pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui que a educação inclusiva é ainda muito desafiadora para a sociedade, as escolas não estão adaptadas a receber todos alunos, nem a parte pedagógica, muito menos a estrutura física. Por isso, fez necessário o resgate histórico da educação e como a legislação contribui para transformar a escola em educação inclusiva.

Nessa perspectiva a inclusão escolar é um processo em construção, que envolve história, leis, comunidade, professores e alunos. Desse modo, começa a mudança entre as pessoas, com o respeito as diferenças individuais, mas também mudanças que remetem à



realidade da escola, que buscam o direito de todas as crianças a aprender e a participar da escola.

Nesse sentido, as mudanças fundamentais para promover a educação inclusiva é uma escola preparada no que diz respeito à acessibilidade do espaço físico. Além disso, considerar novas estratégias pedagógicas, um número menor de alunos na sala de aula, formação continuada para os professores, e o aprofundamento no estudo e discussões da escola inclusiva favorecendo a democracia, o respeito e o sistema educacional.

Por fim, a concretização da educação inclusiva não é apenas as leis, decretos, mas coloca-las em prática, que a escola esteja preparada na estrutura física e pedagógica para receber os alunos independente de suas diferenças. Que acabem com os obstáculos como a precariedade dos espaços físicos, a carência dos materiais pedagógicos e multimídias, a falta de profissionais de apoio e a ausência da família. No entanto, pouco se tem feito no sentido de colocar em prática a teoria da inclusão. Afinal, é o papel da escola a transformação de uma sociedade mais humana.

REFERÊNCIAS

ARENDET, Hannah. **O que é política?** Editora, Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ARANHA, M. S. F. (Org.). **Educação inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 4v.

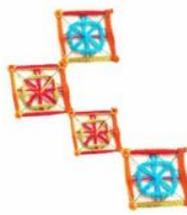
BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília, 2006. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 19 maio de 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL: Ministério da Educação. **Educação Inclusiva.** Atendimento Educacional Especializado para deficiência Mental. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>

BRASIL. **Constituição Brasileira.** Homologada em 5 de Out. de 1988. Brasília, DF: Senado Federal.



BRASIL. **Lei nº 8069/1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. 1990.

BRASIL, **Lei nº 10.098/1994**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF. 1994.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. Ed] / Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Montoan – Brasília: MEC, SEESP, 2006

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de E MARQUES, Antônio Luiz. **A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência**. Organ. Soc. [online] Vol. 14, 2007.

FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**. Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> acesso em: 23/05/2020.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras.1996

LAPLANE, A. L. F. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra**. Educação & Sociedade, v. 27, n. 96, p. 689-715, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11, n 33, p. 397-405, 2006.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A organização escolar**. 7ª Ed. rev. Autores Associados, 1987.

SAMPAIO, CT., and SAMPAIO, SMR. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.



**Educação como (re)Existência:
mudanças, conscientização e
conhecimentos.**

15, 16 e 17 de outubro de 2020

Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso - Maceió-AL